

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Arquitetura do cuidado: Moradia Primeiro como ferramenta de reinclusão social no Centro do Rio de Janeiro

Júlia de Queiroz Pereira Luiz Alves
DAU/PUC-Rio

Sessão Temática 05: Direito à cidade e habitação no Brasil

O objetivo deste trabalho é a proposição de um plano, a partir de um projeto piloto, para implementação do modelo Moradia Primeiro (Housing First), de reinclusão social de pessoas em situação de rua, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, tomando como princípio os objetivos do programa Reviver Centro, plano municipal de retomada da função de moradia e re-adensamento habitacional na região central. Percebe-se que o público alvo do trabalho encontra-se nas lacunas do programa de governo, que hoje possui um aluguel médio equivalente a 90,5% do salário mínimo nacional - tornando-o inacessível às camadas de 1 a 2 SMN.

Com baixíssima densidade populacional, o Centro conta com um estoque imobiliário vazio público e privado significativo, passível de ser usado na entrega de moradia às inúmeras pessoas em situação de rua que ocupam as sombras das construções desocupadas na zona central. O modelo Moradia Primeiro sugerido valoriza a autonomia e privacidade do indivíduo e consiste na entrega imediata de moradia, ao contrário da política atual, de caráter tutelado e civilizatório.

A metodologia usada neste trabalho baseia-se no artigo Caring Architecture, pela teórica Joan Tronto, originando o título do artigo.

Palavras-chave. Habitação, Direitos, Reinclusão, Cuidado, Planejamento

Architecture of Care: Housing First as a tool for social re-inclusion at Rio de Janeiro's downtown

Abstract. *The goal of this work is to propose a plan, based on a pilot, for the implementation of the Housing First model, for social reinclusion of homeless people in the center of the city of Rio de Janeiro, based on the objectives of the Reviver Centro program, a municipal plan to increase housing and re-densification in the central region. There is an omission of the target audience of this work in the government program, which has an average rent equivalent to 90.5% of the national minimum wage - making it inaccessible to incomes from 1 to 2 SMN.*

With a very low population density, the downtown has a significant empty public and private real estate stock, which can be used to provide housing for the countless homeless people who occupy the shadows of vacant buildings in the central area. The Housing First model proposed values the autonomy and privacy of individuals and consists of the immediate delivery of housing, contrary to the current policy, of a civilizing nature.

The methodology used in this work is based on the article Caring Architecture, by the theorist Joan Tronto, originating the title of the article.

Key words. Housing, Rights, Reinclusion, Care, Planning

Arquitectura del cuidado: Housing First como herramienta de re-inclusión en el centro de Rio de Janeiro

Resumen. El objetivo de este trabajo es proponer un plan, basado en un proyecto piloto, para la implementación del modelo Housing First de reinserción social de personas sin hogar en el centro de la ciudad de Río de Janeiro, teniendo como principio los objetivos del programa Reviver Centro, un plan municipal para fomentar la vivienda y redensificación habitacional en la región centro. En publico objetivo del trabajo está en las lagunas del programa de gobierno, que hoy tiene una renta promedio equivalente al 90,5% del salario mínimo nacional - haciéndolo inaccesible a los estratos 1 a 2 del SMN.

Con una densidad de población muy baja, el Centro cuenta con un importante parque inmobiliario público y privado disponible, que puede ser utilizado para dar vivienda a las innumerables personas sin hogar que ocupan las sombras de los edificios vacíos en la zona central. El modelo Housing First sugerido valora la autonomía y la privacidad del individuo y consiste en la entrega inmediata de viviendas, contrariamente a la política actual, de carácter civilizador.

La metodología utilizada en este trabajo se basa en el artículo *Caring Architecture*, de Joan Tronto, originando al título del artículo.

Palabras clave. Vivienda, Derechos, Reinclusión, Atención, Planificación

1. Introdução

1.1 Lar

Foi em 2015, já na segunda década do século XXI, que todos os países membros da ONU assinaram a Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável, como um pacto pela transformação nos quinze anos seguintes. Associados à Agenda, diversos tratados e guias de conduta foram estabelecidos para serem seguidos pelos participantes do acordo e, como sumário, definiu-se os 17 Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentados na Figura 1.



Figura 1. Os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (fonte: Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável).

Dentre os objetivos futuros, figuram temas chaves como o acesso à água, aos alimentos, à saúde e à educação. Contudo, por algum motivo curioso, o acesso à moradia não se encontra na lista.

Por que algo tão básico há existência do ser humano quanto sua morada não está na lista? Embora possamos identificá-lo nas entrelinhas em certos ODS, como “Água limpa e saneamento”, “Cidades e

comunidades sustentáveis” e “Vida sobre a terra”, em uma listagem com títulos tão claros e diretos, era de se supor que o direito à casa também estivesse escancarado como uma meta a ser alcançada.

Logo, podemos interpretar que essa ausência ocorre por, na realidade, simbolizar uma onipresença. O direito à terra e ao teto, ao porto seguro, pode ser considerado o meio essencial pelo qual pode-se usufruir dos demais direitos e, portanto, é ao mesmo tempo todos eles em um só. Através da estrutura física da casa possuímos o abrigo necessário para exercer todos os outros direitos e deveres.

Perceber a casa como esse ponto de partida para o acesso ao mundo, e inclusive a nós mesmos, introduz a temática tema deste trabalho. A intenção desta pesquisa é, através do encontro entre a ética do cuidado e a metodologia de reinclusão social de housing first, ou, moradia primeiro, propor uma possibilidade de lidar com a crise do aumento de pessoas em situação de rua no centro da cidade do Rio de Janeiro.

2. Metodologia

2.1 Cuidado

A chamada ética do cuidado, embora tenha sempre permeado a estrutura de nossa sociedade, veio à luz como uma abordagem feminista sobre o que seria a “ética”. De forma sucinta, pode-se inferir que a principal questão levantada é a necessidade de levarmos em conta no exercício da ética não apenas pensamentos lógicos e racionais, mas o uso ponderado das emoções, como empatia e lealdade. Ou seja, a compreensão de que, embora seres racionais, nós somos também dotados de inteligência emocional e a mesma é um fator muitas vezes decisivo em nossas atitudes.

Uma definição sobre o que seria então a ética se torna um tanto maleável, mesmo que, assim como demais teóricos do tema, os estudiosos da ética do cuidado reafirmem sua contínua relação de respeito às regras do convívio em sociedade. A diferença do cuidado em relação a abordagens mais pragmáticas e calculadas sobre ética se faz ao acrescentar atenção a dois fatores: contexto e relacionamentos. Mas, como isso se aproxima ao tema deste trabalho? Em síntese, a verdade é que a ética do cuidado se relaciona com tudo, uma vez que ela rege nosso estar em sociedade, nossa atitude perante o outro. Se da relação do sujeito com o lar afirmou-se anteriormente que é a casa que o ancora no mundo, podemos dizer que são os relacionamentos as suas amarras. As emoções que sentimos em relação ao lar e a quem nos cerca, as mesmas que a ética do cuidado acredita serem de extrema relevância em nossas ações, são o alicerce que transforma a casa em necessidade.

A intenção de trazer o tema do cuidado para esta pesquisa é justamente por esse motivo. O pensamento pragmático pode pensar na ausência da casa como mera fatalidade, mas é o cuidado que percebe sua maior gravidade. A partir desse momento, em que nota-se sua importância, o cuidado não é apenas uma advertência, torna-se um método.

A ideia de método deriva de uma espécie de manual do cuidado e suas fases descrito pela teórica e cientista política americana Joan Tronto, uma das principais estudiosas sobre o tema. Em seu artigo “Caring Architecture” (Arquitetura Cuidadosa, em tradução livre), a autora define cinco instâncias no processo de praticar o cuidado.

A primeira delas seria “caring about” (cuidado sobre, em tradução livre) e trata da premência em reconhecermos a necessidade de cuidar, ou seja, de percebermos o problema. O dilema dessa fase jaz na diferença entre teoria e realidade: em nossa sociedade, muitas vezes problemas são difíceis de serem percebidos por parecerem distantes ou simplesmente ignorados por incomodarem demais.

O segundo momento tem o termo “responsabilidade” como palavra-chave e chama-se “caring for” (cuidado por, em tradução livre). Consiste em assumir responsabilidade por uma determinada questão,

depois de a haver percebido na primeira fase. Talvez seja nesta etapa que nossos sentimentos, tão vitais à ética do cuidado, e as relações entre sujeitos, mais atuem.

Assim, entende-se que a primeira fase trata do contexto e a segunda dos relacionamentos. Quanto às demais três instâncias do cuidado, a ação de fato entra em campo.

Em terceiro, “care giving” (dar cuidado, em tradução livre) configura-se efetivamente como o ato de cuidar. Em troca, a quarta etapa, “care receiving” (receber cuidado, em tradução livre), é seu inverso; trata-se de receber o cuidado. Importante perceber que ao apontar duas fases como recíprocas, Tronto salienta como a prática do cuidado não é um ato de heroísmo, assim como seu recebimento não é um sinal de vitimismo. Ambos os sujeitos envolvidos devem ser agente e receptor simultaneamente, detendo autonomia assim como responsabilidade um para com o outro.

Por fim, a quinta fase denomina-se “caring with” (cuidado com, em tradução livre), e discorre justamente sobre esse caráter de troca no ato de cuidar. Tronto busca com essa conclusão afirmar o poder do cuidado em fomentar relações e, assim, sentimentos como solidariedade, empatia e respeito. Assim, neste trabalho, são as fases do cuidado que regem o processo de pesquisa e, por fim, levam a uma proposta de prática.

3. Cuidado Sobre

3.1 O Centro

“Vazio” é hoje a primeira palavra que vem à mente do carioca quando ouve ou lê a palavra “centro”. Com uma situação atual de 45% de imóveis esvaziados¹ após a pandemia, não surpreende que essa seja a associação mais rápida a ser feita.

O processo de esvaziamento da região central da capital fluminense, no entanto, não é algo recente. Pelo contrário, observando-se o decorrer das décadas recentes, percebe-se paulatinamente seu avanço. Entender o caminho inverso, ou seja, o que levou à situação de hoje, pode inclusive apontar quais atitudes aceleraram, estacionaram ou retrocederam o abandono desse espaço urbano.

Durante a maior parte da história do Rio de Janeiro, a região central da cidade configurou-se como pólo das mais variadas atividades: comercial, portuária, industrial e, sobretudo, residencial. Com seu crescimento a partir do Morro do Castelo, a cidade do Rio tem no Centro seu ponto de partida e a seu redor seguiu se espraiando ao longo da história. Na maior parte desse processo, os bairros centrais permaneceram como espaços residenciais, até as primeiras décadas do século XX, quando reformas urbanas associadas ao aumento populacional ocasionaram a gradual saída da população do Centro em direção a outras regiões da cidade, como a Zona Norte e Zona Sul.

Vale dizer que essa tendência foi generalizada, não estando restrita às camadas sociais específicas. A parcela mais rica da população residente no Centro, assim como as de menor renda, igualmente saíram da região, mudando apenas o novo endereço de destino. Bairros como Tijuca, Botafogo e grande parte do atual subúrbio e periferia carioca cresceram como resultado desse movimento, ora voluntário, ora forçado, como visto na Figura 2.

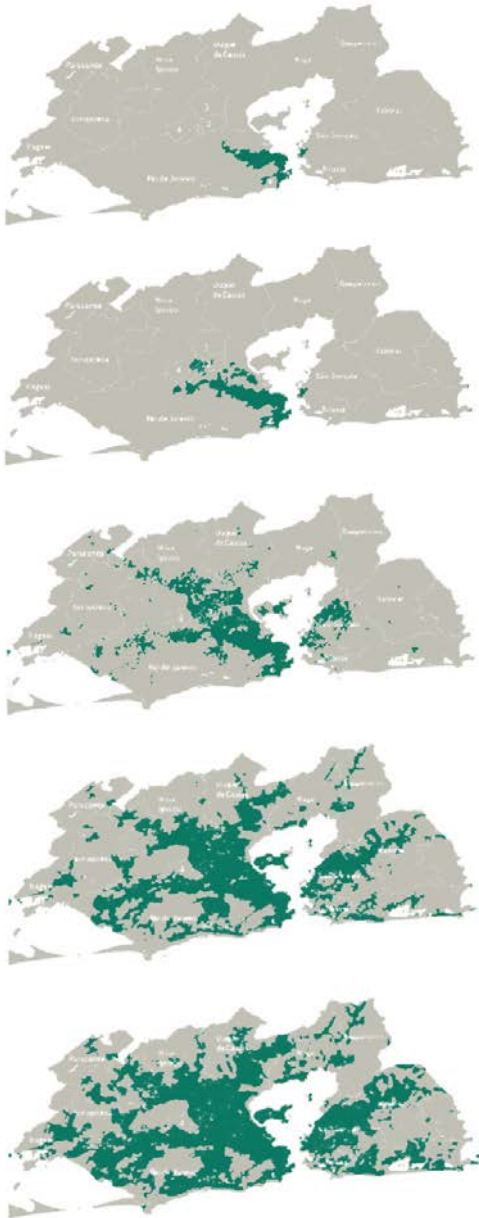


Figura 2. Cartografias do processo de espraiamento urbano da cidade do Rio de Janeiro de 1888 a 2016. De cima para baixo: 1888, 1930, 1972, 1994, 2016 (fonte: elaborada pelos autores).

Acelerando esse processo, em 1976, através do Decreto Municipal 322, responsável pelo zoneamento urbano, tornou-se proibido o uso residencial em novas construções no Centro. Tal restrição se estendeu ao longo de quase vinte anos, até sua revogação em 1994. A soma desse contexto urbanístico com o contínuo deslocamento populacional, remoções higienistas e sucessivas crises econômicas acentuou o esvaziamento da região.

Como resultado, ocorre um paradoxo. Uma região de solo urbano extremamente valorizado, com grande concentração de serviços e transporte, está vazia de seus moradores. Com a pandemia, até mesmo os dias de semana passaram a apresentar calçadas de pouco movimento e fachadas repletas de placas de oferta de aluguel e venda.

Assim, o principal interesse para o futuro da região tornou-se trazer pessoas novamente para suas construções, todos os dias da semana, todas as horas do dia. Não apenas com as crises econômicas, mas também com a prática do home office, o principal uso posto pelo zoneamento - o de serviços - já

não traz o mesmo fluxo diário de pessoas, expondo a necessidade de trazer novamente a moradia para o Centro como garantia de dinamismo da vida do bairro.

Em termos de desenvolvimento urbano, o aumento do uso residencial na área inclusive condiz com práticas sustentáveis, como a diminuição dos deslocamentos pendulares, melhorando a qualidade de vida dos habitantes e diminuindo o consumo de energia e combustíveis fósseis. Um dos principais eixos de atuação do planejamento urbano atual é justamente a cidade compacta, aquela que confluí os mais diversos usos e pessoas em áreas mais adensadas e infraestruturadas. A perda de potencial hoje no solo urbano do Centro carioca quando comparado a outras metrópoles, como na Figura 3, torna-o o principal foco de atuação hoje no município.

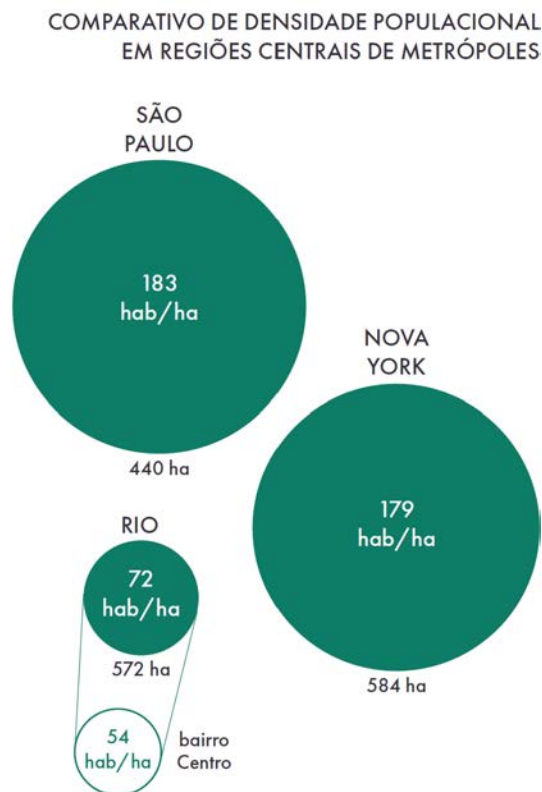


Figura 3. Infográfico comparativo das densidades populacionais das regiões centrais das metrópoles de Nova York, São Paulo e Rio de Janeiro (fonte: Calliari, 2020).

3.2 As Pessoas

Em 30 de dezembro de 2020, às vésperas de Ano Novo, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou a atualização do Censo da População em Situação de Rua na cidade. Segundo Decreto Municipal 46.483/2019, é compromisso do município a realização de levantamento bianual de dados censitários dessa parcela da população, com a prerrogativa de revisão de planos direcionados à sua assistência.

Segundo especialistas no tema, os números finais apresentados em 2020 devem estar longe da realidade. Como comparativo, citam pesquisa realizada em 2016 que apontou quase 15 mil pessoas vivendo nessas condições no Rio². Enquanto isso, os dados divulgados com base na pesquisa de 2020 indicam 7.272 indivíduos em situação de rua e vulnerabilidade social, com 20% dos entrevistados declarando que entraram nesse estado após o início da pandemia. Esse indicativo, mesmo que com o total contestado, aponta a pandemia, e a subsequente crise econômica e social, como um fator de aumento na população em situação de rua na capital, acrescentando a outros motivos diversos que acarretam a ida para as ruas.

Embora durante a pandemia fatores econômicos tenham agravado a situação e levado mais pessoas a viverem nas ruas, a população em situação de rua mostra-se heterogênea, com perfis e histórias diversas. Segundo o Censo 2020, no Rio, a maioria dos entrevistados identificam-se como membros do gênero masculino, de cor preta e entre 18 e 50 anos de idade, embora um aumento no número de mulheres possa ser percebido recentemente. Dentre os fatores que os levaram às ruas, são listados no Censo 2020 mais de uma dezena, apenas dentre os específicos - sem contar com a opção “Outros” ou “Não respondido”. O mais usual apontado pelo estudo são conflitos familiares, liderando com 44,6%, seguido por consumo de álcool e/ou outras drogas (17,7%) e desemprego ou perda de renda (14,6%). Demais variedades quanto à situação de cada indivíduo nas ruas são destrinchadas ao longo do levantamento, apontando as múltiplas histórias por trás de cada caso.

Quanto à geografia desse contingente populacional, o Censo não apenas expôs um percentual de quase 40% de pessoas que vieram de fora da cidade do Rio, apontando um elemento diaspórico que resulta na ausência de redes de apoio familiares, como também regiões de especial concentração na cidade. As AP 1 e 2 (Zonas Centro e Sul) lideram, concentrando aproximadamente 64,43% dos casos registrados, com maioria na AP 1 - que engloba os bairros centrais e da região portuária, como visto na Figura 4.

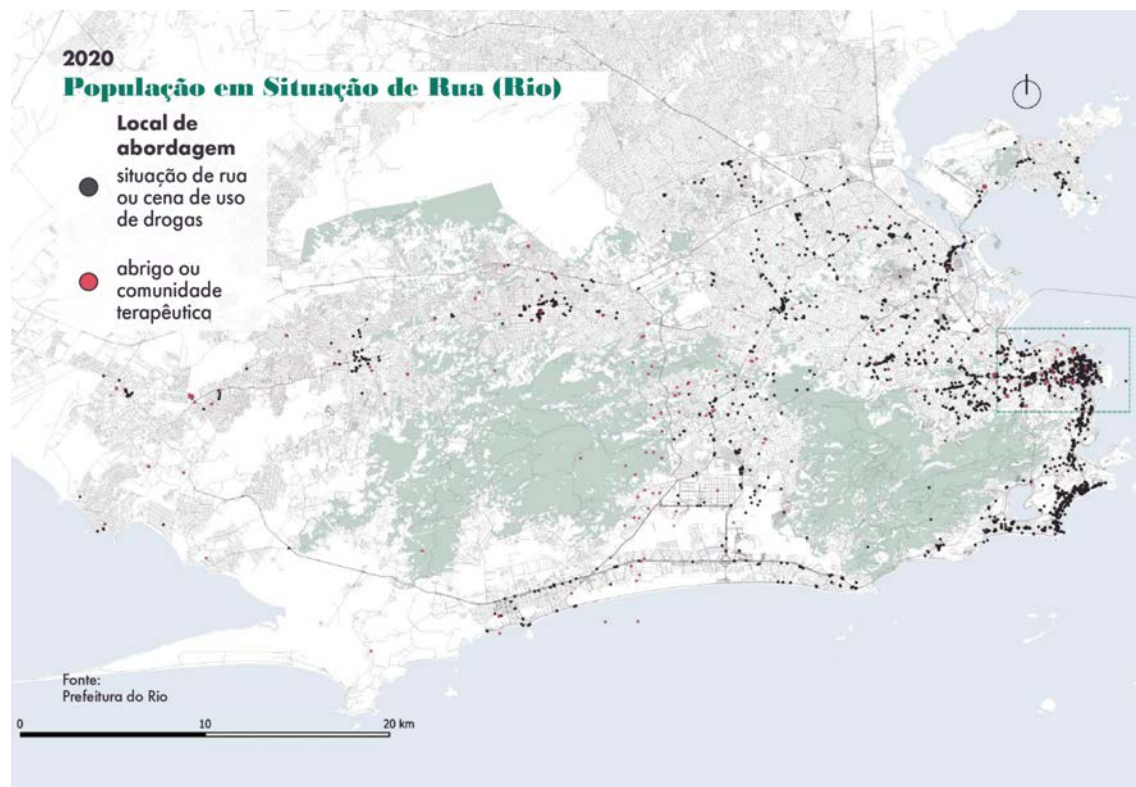


Figura 4. Cartografia de distribuição da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro com base no Censo da População em Situação de Rua de 2020 (fonte: elaborada pelos autores). A área de recorte de estudo deste trabalho está marcada pelo contorno em verde.

Com os resultados do Censo 2020, associados ao estudo prévio de 2016 citado por especialistas e relatos de atuantes na área, é possível constatar que embora a realidade no Centro do Rio seja, de fato, de esvaziamento, a região está longe de estar “vazia”. Seu contingente populacional em situação de rua, que ali se concentra por diversos motivos, sobretudo pela concentração histórica de ações de assistência na área e maior possibilidade de “bicos” e outras atividades informais, está presente e cada vez mais “cheio”. Se acrescentarmos a esses dados a população ali residente em ocupações, que não constam

na pesquisa mas encontram-se da mesma forma “sem-teto” e vulneráveis, os números se tornam ainda mais contundentes.

3.3 Os Planos

O ano de 2020 foi também ano de eleições municipais. Eleito pela terceira vez como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes tornou o Centro e sua revitalização um dos principais focos de campanha e atuação de seu governo.

Ainda no segundo mandato de Paes, em 2015, iniciou-se no município o programa “Centro para Todos”, com a divisão da região central em oito áreas de interesse, contando o centro histórico, para desenvolvimento de pesquisas de campo quanto às condições atuais do espaço urbano nas mesmas. As pesquisas seguiram em 2016, com enfoque na qualidade das vias e espaços públicos, até o ano de 2017, quando o foco tornou-se a massa edilícia da região. Então, já no governo de Marcelo Crivella, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SMPU) começou o processo de levantamento de imóveis ociosos no Centro, identificando e mapeando edificações e terrenos vazios ou subutilizados. Unidades comerciais e residenciais isoladas e vazias, como salas de escritório e apartamentos, não foram contabilizadas neste estudo. Ao longo de dois anos, 2017 e 2018, técnicos da Prefeitura foram a campo e realizaram um mapeamento extenso da vacância imobiliária nas oito áreas de recorte do programa. O resultado foi de um total de 877 imóveis listados, dentre edificados e não edificados de variadas tipologias e usos, mapeados na Figura 5.

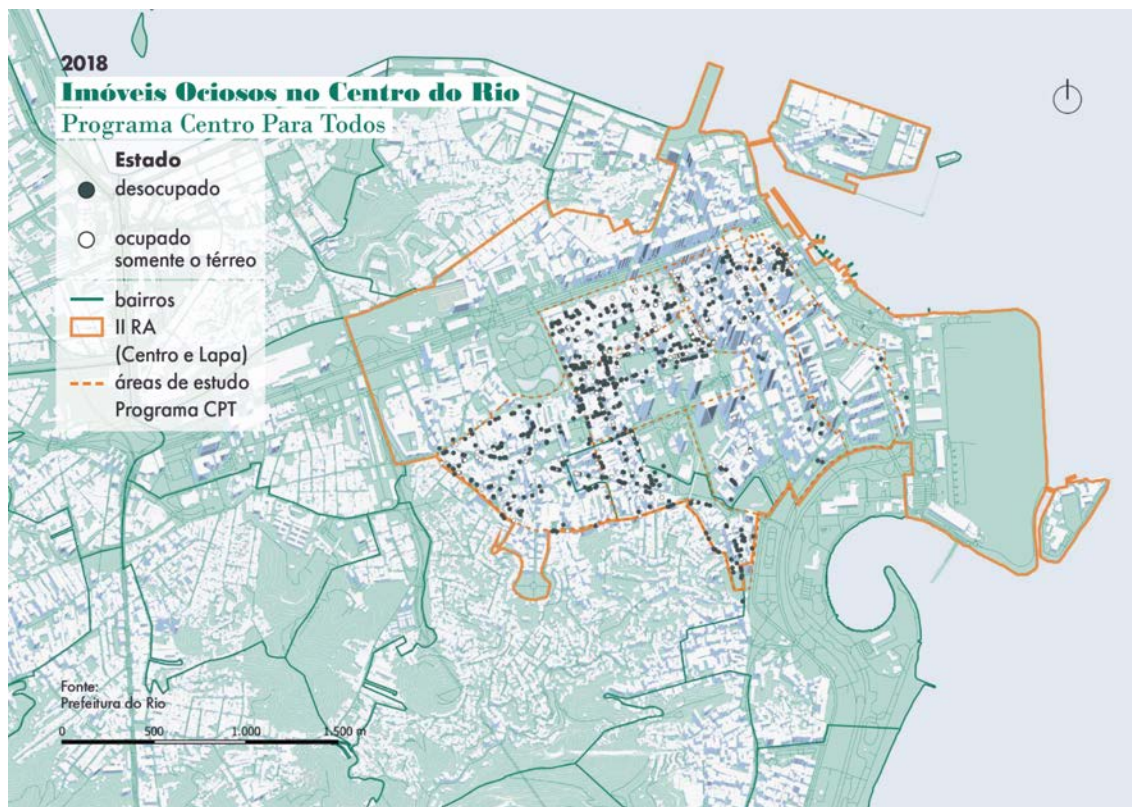


Figura 5. Cartografia de distribuição dos imóveis ociosos catalogados pelo programa Centro Para Todos em 2018 (fonte: elaborada pelos autores).

Com o relatório final do programa concluído e a realidade de esvaziamento da região comprovada, os planos de revitalização da área permaneceram engavetados até o princípio de 2021, com a posse do novo-antigo prefeito.

Em janeiro de 2021, iniciaram-se as primeiras movimentações do que viria então a ser o Reviver Centro, nome dado ao projeto de revitalização, renovação e recuperação da zona central do Rio de Janeiro pelo atual governo municipal.

Com o acentuado esvaziamento do Centro após a pandemia, o discurso de recuperação da região ganhou fôlego e espaço nos veículos de imprensa cariocas. Através de redes sociais da Prefeitura e figuras públicas do governo e da mídia, a narrativa pela “retomada” dos bairros centrais foi disseminada, criando um panorama favorável para seu avanço sob o olhar do público, como exposto na Figura 6. Em Abril de 2021, a primeira proposta do projeto foi enviada ao legislativo, e aprovada pela Câmara Municipal, após cerca de 40 emendas ao texto original, em Junho do mesmo ano. A versão final veio a ser aprovada em Junho de 2021, mesmo mês de lançamento do primeiro empreendimento residencial embasado no Reviver.

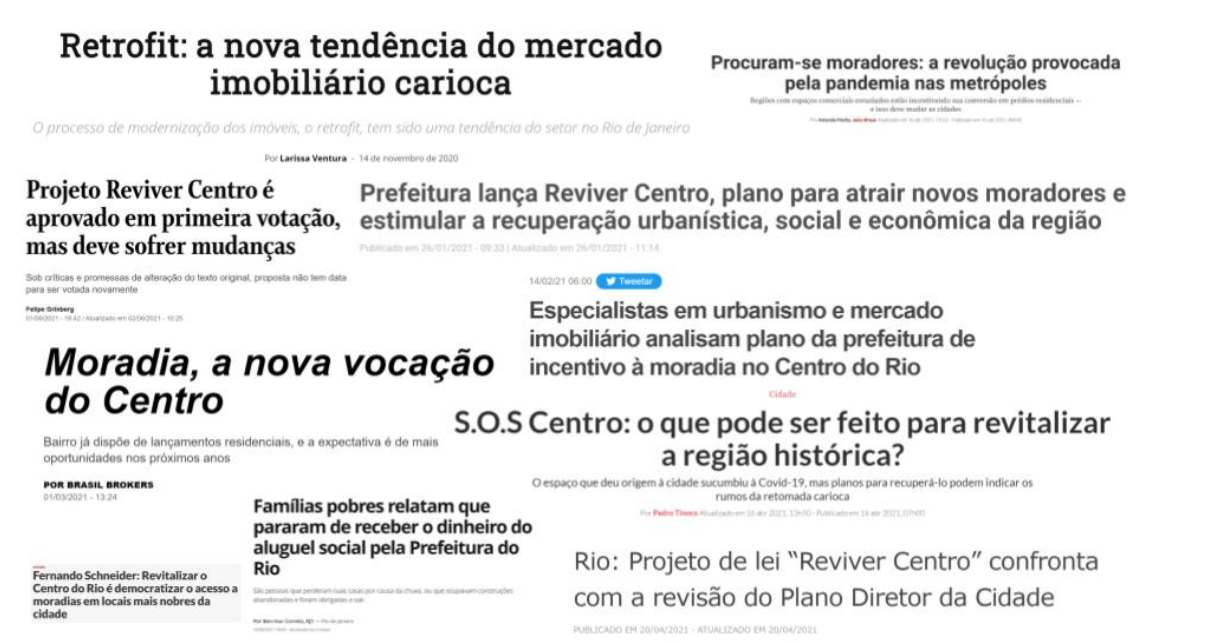


Figura 6. Colagem de manchetes de veículos de imprensa sobre o plano Reviver Centro e temas relacionados (fonte: Laboratório de Observação do Espaço Habitado - LObeHab/DAU/PUC-Rio).

Durante o processo de redação dos projetos de lei que encabeçam o Reviver, foram lançadas pela Prefeitura, através de portal online, duas enquetes abertas ao público sobre o Centro da cidade. Ao todo, 8.781 pessoas responderam às perguntas postas pelo município, apresentando uma visão geral sobre temas diversos, como segurança pública e moradia, e a opinião esperançosa dos cariocas sobre o Centro do Rio, como exibido na Figura 7.

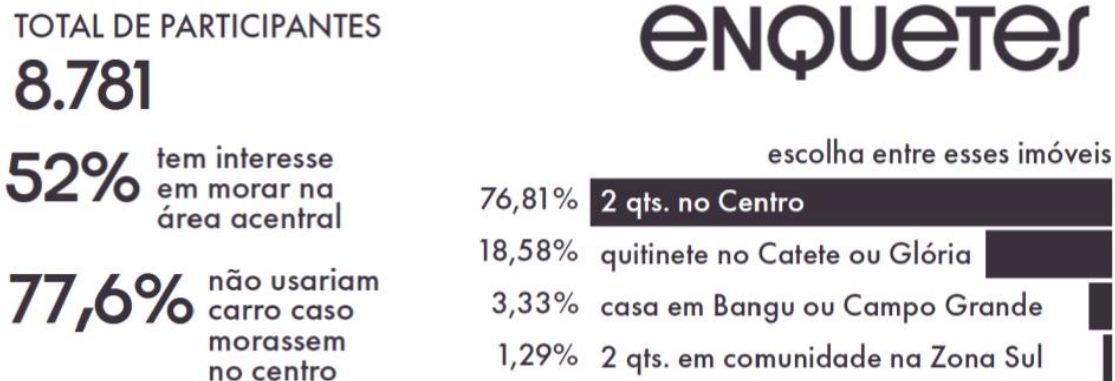


Figura 7. Infográfico de alguns resultados das enquetes públicas feitas entre Fevereiro e Março de 2021 para o plano Reviver Centro (fonte: elaborada pelos autores).

O principal foco do Reviver Centro, então, tornou-se a moradia. Com base em discursos como a “cidade de 15 minutos”, da prefeita de Paris, Anne Hidalgo, e a tendência de aumento do home office estabelecida com o advento da pandemia, o incentivo à volta do uso residencial à região central se apresenta como a principal cartilha do plano elaborado por Paes e Washington Fajardo, secretário municipal de Planejamento Urbano entre Janeiro de 2021 e Agosto de 2022.

Com a proposta de “trazer a vida de volta ao Centro”, o lançamento de empreendimentos imobiliários na região apresenta-se como um dos principais eixos de atuação do plano. Partes inteiras da Lei Complementar N 229/2021 e todo o texto da Lei N 6.999/2021, que estabelecem o Reviver, dedicam-se aos incentivos engendrados para fomentar o interesse de construtoras e investidores na reconversão e construção de edifícios residenciais e de uso misto na II RA (Região Administrativa II, os bairros Centro e Lapa), zona de recorte do programa. Dentre os mecanismos criados, estão aumento de ATE (Área Total Edificável) e até mesmo a Operação Interligada, que define um sistema de ganho de área em outras regiões da cidade mais valorizadas pelo mercado, como Zona Sul e Tijuca, em contrapartida por empreendimentos no Centro.

Embora a ideia de estimular novos empreendimentos residenciais e mistos na região seja extremamente benéfica, preocupa o recorte social a qual serão destinados. Uma área de solo urbano tão consolidado, com uma gama de serviços e modais de transporte extensa, não deve restringir-se a apenas uma camada da população. Com uma média de valor por metro quadrado de R\$8.567³, os novos lançamentos destinam-se a uma porcentagem mínima dos cariocas, pondo em questão a diversidade sócio-econômica que se pode esperar do plano proposto pela Prefeitura.

Na redação da lei complementar que cria o Reviver Centro, ademais dos mecanismos de incentivo a investidores e empresas e programas de renovação do espaço público, outras metas relacionadas à moradia são indicadas. Contudo, nenhuma delas apresenta tamanho esmero textual quanto os incentivos de mercado. Listados e descritos em curtos parágrafos, os programas de moradia voltados à renda baixa inclusos no Reviver são: Assistência Técnica e Melhorias Habitacionais, Locação Social, Moradia Assistida e Autogestão.

As quatro atuações estão postas na lei do Reviver Centro a partir de critérios básicos de atuação e sob condição de leis complementares que as detalhem. De todos os quatro, apenas no programa de Moradia Assistida são citados como possíveis atendidos os indivíduos em situação de rua, que sabidamente representam um contingente expressivo da população habitante do Centro da cidade.

Em quase dois anos desde o início do mandato do atual governo e dezoito meses desde a aprovação na Câmara, algumas ações integrantes do plano de revitalização da região central já viraram manchete. A primeira delas, na Figura 8, ainda em Maio de 2021, antes mesmo da publicação do texto final da lei, tratava de protestos de ambulantes contra a retirada dos camelôs no Centro, em ato de “limpeza das calçadas”. Soma-se a esse fato os lançamentos imobiliários recentes e não há como pôr em cheque como será representada, abordada e incluída a população em situação de rua nos próximos passos do Reviver Centro.

INÍCIO > GERAL

DIREITO AO TRABALHO

Ambulantes protestam contra projeto da Prefeitura do Rio de remover camelôs do Centro

Representantes de categoria querem que Eduardo Paes cumpra promessa de campanha de ouvi-los sobre espaço de trabalho

Redação

Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 17 de Maio de 2021 às 17:52

Figura 8. Manchete “Ambulantes protestam contra projeto da Prefeitura do Rio de remover camelôs do Centro”, publicada em Maio de 2021 (fonte: Brasil de fato, 2021).

4. Cuidado Por

4.1 O cuidado: Método em Escada

Tratando-se do tema da população em situação de rua, há um nicho específico de profissionais que hoje atuam nesse campo, como assistentes sociais e agentes de saúde. A essas profissões lhes compete um nome específico: profissionais do cuidado.

Após meses de pandemia, tais trabalhadores ganharam reconhecimento, assim como suas histórias, por certo tempo. Houveram comerciais de agradecimento, minutos de palmas. Contudo, algo não mudou: permanecem extenuados e, lentamente, são suprimidos pelas novas notícias, novas ansiedades em nosso mundo.

Historicamente, práticas de cuidado são enxergadas em nossa sociedade como de menor valor, em grande parte por seu caráter aparentemente improdutivo, e em parte também por sua usual associação ao feminino em uma estrutura social patriarcal. Em “The Care Manifesto”, publicado em 2020, The Care Collective expõe esse caráter neoliberal de nossa sociedade que enxerga a prática do cuidado como medíocre ou, até mesmo, banal. Foi preciso uma pandemia global parando as engrenagens para que, por alguns instantes, pudéssemos nos defrontar com o problema que o contínuo descuido generalizado nos trouxe.

Um desses problemas, como já discutido, foi como atender à população em situação de rua. Abrigos foram montados às pressas em grandes estruturas, como estádios, arenas e, no Rio, até mesmo na Sapucaí. O tom de emergência foi claro e alguma solução teve de ser encontrada de uma forma ou de outra.

A realidade é que a prática do cuidado nas ruas e em abrigos baseia-se eternamente nessa narrativa. Seus mecanismos de contingência visam não a resolução, mas a manutenção desse estado de emergência em níveis razoavelmente toleráveis. Este eterno estar sob pressão torna o processo de

assistência ainda mais instável, pronto a desmoronar ao menor sinal de abalo, como ocorreu em 2020. Segundo o geógrafo e mestre em Antropologia, Daniel De Lucca, em seu artigo *Urgências nas Ruas: Experiências de um serviço móvel para a população de rua em São Paulo*, o que se desenvolve no campo, em respeito à população em situação de rua, é uma prática da urgência onde não são as estruturas de resposta que administram a emergência, mas o contrário. Em um dos relatos de agentes municipais citados por De Lucca, a afirmação “não somos nós que gerimos a urgência, na verdade nós é que somos geridos por ela” expõe em poucas palavras a impotência e frustração com a qual convivem os profissionais de cuidado atuantes nas ruas brasileiras.

O modelo por trás desse contexto, atualmente usado no Brasil em resposta à situação de rua, chama-se “modelo em escada”, consistindo no parcelamento das respostas do Estado no processo de reinserção comunitária e tratamento, pondo como último degrau o acesso à moradia.

Começando com a abordagem nas ruas, o modelo em escada estabelece uma série de etapas como uma espécie de “treinamento” até o indivíduo ser considerado apto a “habitar” sua própria casa, ilustrado na Figura 9. As estruturas de acolhida dentro desse sistema variam segundo a fase, passando pelos abrigos de pernoite e casas de passagem até repúblicas e hotéis solidários. Em comum a todos está o caráter transitório e impessoal, assim como a falta de privacidade. Os resultados dessa metodologia, embora não totalmente falhos, em sua maioria emperram em um dos degraus. A maior parte dos indivíduos permanece ou regride no tratamento por não conseguir manter a estabilidade necessária para continuar ou devido aos regulamentos rígidos de grande parte dos espaços de acolhida.



Figura 9. Modelo em escada (fonte: elaborada pelos autores).

Percebe-se que o erro de cálculo presente no modelo escada é a supressão da agência do próprio indivíduo atendido. A relação de cuidado imposta estabelece um paternalismo que dita como a pessoa assistida deve agir, pondo-a sob tutela. Como uma troca comercial, é preciso “fazer por merecer” para morar.

Por fim, chega-se ao impasse atual. Exauridos, os profissionais de cuidado também entram em pane. Expostos constantemente à dor compartilhada e frustrações, muitos também recorrem a reguladores de humor e outras receitas, em algum grau similar à recorrência ao consumo de entorpecentes de grande parte da população em situação de rua. Em comum, ambos atores retêm seu lugar no espectro das relações de cuidado diárias da vida urbana. Reconhecer esse detalhe difere entre uma abordagem excludente e uma inclusiva.

4.2 As Diferenças

Ao analisar o processo de reinclusão social de pessoas em situação de rua, vale diferenciar certos termos como integração e inclusão.

Embora similares, a nuance entre as duas palavras faz com que na prática tenham sentidos totalmente distintos, segundo o estudo “One Without the Other: Stories of Unity Through Diversity and Inclusion”, da pedagoga americana Shelley Moore. Ambas tratam da inserção de um grupo determinado em um grupo maior, porém o nível de assimilação entre eles difere de um termo para outro, como visto na Figura 10. Ao tratarmos de integração, o menor grupo permanece restrito, mesmo que envolto pelo maior; enquanto na inclusão as partes de ambos os grupos se dispersam e mesclam entre si, formando uma unidade heterogênea. Por esse motivo, no título deste trabalho a proposta refere-se à reinclusão social, em oposição à reintegração.

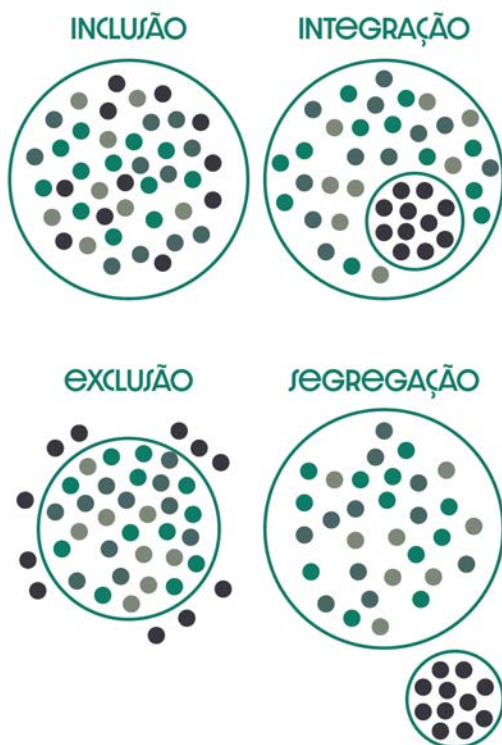


Figura 10. Diagrama ilustrativo das diferenças entre Inclusão, Integração, Exclusão e Segregação (fonte: elaborada pelos autores).

Se ao abordar as relações de cuidado entre os agentes públicos e membros da população em situação de rua podemos perceber suas similaridades e como contracenam juntos no cenário social, o mesmo podemos dizer quanto à população em geral. Estamos todos inseridos na mesma rede de suporte dada pelo contrato social que rege a vida na cidade. Há apenas uma mera ilusão de distinção, ainda perpetrada pela estrutura de assistência que inclusive refere-se com denominações distintas para cada grupo: usuários e munícipes.

A estrutura de cuidado posta pelo Estado no trato de pessoas em situação de rua, necessariamente, passa pelo diálogo com a população comum. Com a rua como palco, a coexistência entre todos os atores é dada quando assumimos que o espaço urbano se configura como um eterno encontro de estranhos. Portanto, viver junto se torna não apenas uma questão de vida íntima, mas também de vida pública. Somos obrigados a conviver com a multidão e o turbilhão de sentimentos que essa situação acarreta. Neste estado, a forma de lidar mais comum e enxergada como alternativa viável acaba por ser uma certa indiferença civilizada, em uma tentativa de poder suportar as dores compartilhadas.

Com isso em mente, a separação entre os públicos na abordagem de assistência visa a estabilidade nessas relações, de modo que o estado de indiferença não seja rompido, o que poderia gerar resultados imprevisíveis em uma situação já constantemente no limite. A partir desse objetivo, a resposta de apoio direcionada aos munícipes passa por “retirar o problema”, atribuindo ao “morador de casa” um caráter de cobrador, enxergando como um dever do Estado livrá-lo do incômodo.

Um dos relatos de agentes públicos transcritos por De Lucca expõe essa narrativa através das chamadas feitas à CAPE (Coordenadoria de Atendimento Permanente de Emergência), na cidade de São Paulo. As principais queixas relatadas pelos atendentes telefônicos são “estão mexendo no meu lixo”, “falam alto demais” ou “estão dormindo na frente do meu portão”, poucos são aqueles que expressam real preocupação com o bem-estar da pessoa em situação de rua.

Um dos fatores para essa situação é sem dúvida o medo. O temor do desconhecido, representado através da imagem do outro, associado ao pavor da dor compartilhada, uma vez que necessariamente subtraímos parte de nós mesmos ao nos tornarmos indiferentes. Já temos problemas demais em nossos dias, não queremos - talvez não possamos - absorver os problemas alheios. Usamos como ferramenta de sobrevivência o afastamento, como “o que os olhos não veem, o coração não sente”, e assim conseguimos manter a ilusão de que está tudo bem. Porém, não está.

A pandemia nos fez enxergar a impraticidade dessa segregação; respiramos o mesmo ar, coexistimos no mesmo espaço. Por muito tempo cultuamos em nossa sociedade a ideia do self-care, de cuidar de nós mesmos, mas talvez esse tenha sido o momento de enxergarmos o cuidar de nós como cuidar do outro também. Sendo a coexistência inevitável, o cuidado mútuo também o deveria ser. Para tanto, essa distinção entre o cidadão de casa e da rua não pode se sustentar.

Esta conclusão motiva a discussão na diferença entre os termos integração e inclusão. Sendo a integração a mera inserção de um grupo dentro de outro, sem de fato dispersá-lo, ela não se mostra eficaz na busca pelo rompimento do medo que está em nós. A mescla entre os atores é necessária, de forma que fatores externos não atuem como uma barreira que nos diferencia. Precisamos conviver com a diferença para que nos enxerguemos nela, olhando olho no olho, de frente.

4.3 O Habitar

Após abordar sobre o elenco neste enredo do espaço urbano, cabe compreender melhor o palco. No caso do contexto da população em situação de rua, como grupo alvo deste estudo, e dos demais atores envolvidos já citados - Estado, profissionais do cuidado e população em geral - o palco é a cidade; e a boca de cena, a rua.

Em seu artigo sobre as urgências nas relações de cuidado nas ruas de São Paulo, De Lucca chama atenção para um detalhe na própria filologia por trás da expressão “pessoa em situação de rua”. Outras línguas, como o inglês (*homeless*) e o francês (*sans-abri* ou *sans-logi*), estabelecem sua denominação através da relação com a casa, ou mais especificamente, a falta dela. Enquanto isso, no Brasil, o uso do termo “em situação de rua” inverte a lógica, atribuindo ênfase ao meio em que ocorre tal fenômeno, onde ele aparece e incomoda.

Destrinchando a terminologia completa, podemos apontar distintas interpretações. Ao usarmos “população”, admitimos tal condição não mais como um desvio, mas sim um fenômeno demográfico padrão; o que já indica a gravidade do tema. Com a sentença “em situação”, de modo subliminar indicamos o caráter instável e heterogêneo desse estado, assim como o fazemos ao dizer “em situação de risco”, por exemplo. Por último, ao atribuir “de rua” como característica não apenas marcamos o local de incidência, como também estabelecemos a distinção já abordada entre o “morador de casa” e o “morador de rua”. Entretanto, se reconhecemos a via pública como uma extensão da ideia de habitar a cidade, podemos ainda mais estreitar as relações e semelhanças entre o de casa e o de rua.

Em nosso dia-a-dia, carregamos parcelas do espaço urbano como parte de nossa identidade e, portanto, de nossa ideia de habitar. O bairro em que moramos, a rua em que trabalhamos, o mercado que frequentamos, a praça em que pegamos o metrô... Todos são expressões da rua em nosso cotidiano e em cada um guardamos uma memória, um hábito ou um sentimento. Segundo a psicóloga Maria Rita Kehl, em seu artigo “Olhar no Olho do Outro”, “é na cidade que o homem comum se reconhece [...] e a cada um desses anônimos [...] corresponde uma cidade íntima, particular”. Esse fenômeno de espelho entre o sujeito e a urbe ocorre através da banalidade do pedestre, e apenas assim. Em uma cidade de extensos movimentos pendulares, como o Rio de Janeiro, é facilmente perceptível a necessidade da rua para que essa simbiose entre mente e espaço ocorra. Não nos tornamos íntimos dos lugares que vemos através da janela do carro, do ônibus ou do trem. No caso do metrô, qualquer relação torna-se então impossível estando debaixo da terra.

O mesmo efeito ocorre com a população em situação de rua. Embora notadamente andariños urbanos, os de rua também estabelecem relações de intimidade com pedaços da cidade. No caso do Rio de Janeiro, a principal região em que isso ocorre são os bairros centrais.

A busca por responder às necessidades básicas diárias, como tomar banho, ir ao banheiro ou comer, leva as pessoas em situação de rua a conhecer as estruturas de cuidado que às atendem: sua grande maioria nas proximidades do Centro. Neste contexto, assim como os de casa estabelecem uma forma de habitar através de seus pontos de apoio (casa e trabalho), o mesmo acontece com os de rua por meio de suas necessidades e onde podem supri-las, como exposto na Figura 11. Por esse motivo, a própria metodologia para realização do Censo de População de Rua no Rio de Janeiro se adapta às rotas rotineiras desse grupo, estabelecendo áreas de recorte na cidade com predomínio de curta distância, para evitar o risco de recontagem⁴.

PADRÕES DE DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

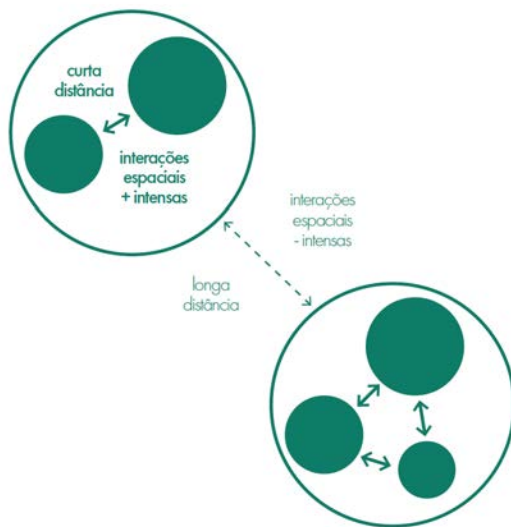


Figura 11. Diagrama dos padrões de deslocamento da população em situação de rua sobre o qual baseou-se a pesquisa de campo do Censo da População em Situação de Rua de 2020 (fonte: elaborada pelos autores).

Contudo, mesmo que estabelecida alguma identidade através dos périplos do dia-a-dia, a realidade ainda é que, ao contrário dos de casa que possuem uma cidade íntima através dos afetos, os de rua habitam a partir de suas necessidades. Estão no Centro pela maior acessibilidade e infraestrutura da região, não por um sentimento carinhoso em específico pelo lugar. Aqui estabelece-se a grande distinção. A casa pode virar um lar, com a quadra, o bairro como pano de fundo; mas a rua para quem não tem casa jamais será um lar de verdade.

Mais estranha que a casa da música infantil, a rua não tem nem teto, nem parede, nem pinico, muito menos esmero. Não há água, não se pode apagar a luz para dormir, não há porta que lhe resguarde. Nos meses frios, a situação de rua se torna ainda mais de risco: para os profissionais do cuidado, é a urgência dentro da urgência com as chances de fatalidades devido à queda das temperaturas.

Assim, a moradia, sem dúvida, apresenta-se como ponto de partida para tratar desse fenômeno social, a “situação de rua”. Contudo, faz-se necessária uma moradia que responda não apenas às necessidades físicas, mas também emocionais. O direito ao lar e sua intimidade não deve ser condicionado, como posto no modelo “em escada”.

5. Cuidado Com

5.1 O método: Moradia Primeiro/Housing First

Criado em 1992, na cidade de Nova York, Estados Unidos, pelo psicólogo Sam Tsemberis, o método Housing First consiste em uma ação aparentemente simples, mas engenhosa na reinclusão social de pessoas em situação de rua: entregar moradia, antes de tudo, como ilustrado na Figura 12.



Figura 12. Modelo Housing First (fonte: elaborada pelos autores).

Ao contrário do método escada, a metodologia housing first não estabelece como pré-requisito para a concessão de moradia o tratamento prévio ou a passagem por centros de acolhida e abrigos; pelo contrário, o ponto de partida, e pelo qual se inicia o processo de reinclusão social e tratamento, é a entrega das chaves de um apartamento. A decisão pela moradia primeiro é inovadora tanto do ponto de vista clínico - acreditando na autonomia do atendido - quanto do ponto de vista de política pública - rompe-se a ideia de patrimonialismo.

Partindo dos preceitos já tratados ao longo dessa pesquisa, como a moradia como direito universal, relações de cuidado e alteridade⁵, o housing first associa à entrega de moradia individualizada e permanente - sem prazo para seu fim - uma rede intersetorial de suporte ao morador. Seus primeiros testes, nos anos 1990, e outros que os seguiram comprovaram uma taxa de sucesso em evitar o retorno às ruas de cerca de 70% a 80%, em comparação a taxas abaixo dos 50% do modelo tradicional⁶. Testado em diversos países, sua prática ainda é extremamente incipiente no Brasil, mas apresenta pequenas experiências a partir da segunda metade da década de 2010.

Diferentemente de outras políticas habitacionais, sobretudo na América Latina - incluindo o Brasil, o housing first se estrutura a partir da prática do aluguel de apartamentos em pontos variados da cidade. Embora hoje tenha se tornado uma prática governamental em diversos lugares do globo, tal característica se mantém desde seu princípio, baseando-se na atuação de sua instituição precursora, Pathways Housing First Institute, presidida por Tsemberis. A dispersão atua para evitar a ideia do gueto urbano e perpetuação do estigma, aproximando os diferentes-semelhantes.

No Brasil, o modelo predominantemente usado ainda é o “em escada”, mas o interesse pela metodologia criada por Tsemberis vem crescendo nos últimos anos. Em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), com apoio da União Europeia (UE), lançou um extenso relatório sobre o tema, abordando seu processo metodológico e analisando casos dentro e fora do país, em locais como Portugal, Escócia, França, Irlanda, Bélgica e Espanha, e cidades brasileiras precursoras, como Curitiba e Porto Alegre.

Em 27 de Agosto de 2021, com base nesta pesquisa prévia, foi instituído pelo Governo Federal o Projeto Moradia Primeiro⁷, atribuindo investimento inicial de R\$9,2 milhões para financiamento de programas com uso da metodologia housing first em diferentes partes do país. No momento de publicação no Diário Oficial, R\$800.000,00 já haviam sido destinados ao estado do Paraná e R\$120.000,00 ao município de Fortaleza, para custear empreitadas dos respectivos governos na área. Sob coordenação da Secretaria Nacional de Proteção Global, órgão integrante do MMFDH, o programa foi estabelecido visando atender a pessoas em situação crônica de rua (há cinco anos ou mais nas ruas com histórico de uso de álcool e/ou outras drogas). Contudo, em seu texto, há brecha para assistência conjunta a pessoas em situação de vulnerabilidade em vias de chegar ou recém-chegadas à situação de rua. Atualmente, não consta na portaria que institui o projeto como deverá ocorrer o processo de titulação dos imóveis, sendo alugados de pessoas físicas, de propriedade do Estado ou outros formatos. Dando sequência a esse movimento, no último dia 6 de Dezembro de 2022, o Guia Brasileiro de Moradia Primeiro foi lançado pelo MMFDH

em conjunto com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), indicando diretrizes de atuação e estruturas de implementação do modelo no Brasil com base na pesquisa apresentada em 2019 e dados coletados desde então.

Vale ressaltar a prática de apartar a política habitacional voltada à população em situação de rua da política habitacional voltada à população sem-teto de modo geral, inserida no déficit habitacional brasileiro. Enquanto a um grupo lhe compete a atuação do MMFDH, a outro lhe são direcionados programas do Ministério de Desenvolvimento Regional (antigo Ministério das Cidades), por exemplo. O questionamento quanto a até que ponto tal prática é eficiente permanece.

A atuação da metodologia housing first no mundo tem ganhado proporção de política pública nos últimos anos. Países como Canadá, França e Finlândia a utilizam hoje em dia como principal modelo de resposta à população em situação de rua. Esse processo de expansão traz atualmente novas perspectivas e desafios.

Em termos de desafios, conforme a escala de implementação e sua abrangência aumenta, torna-se mais difícil garantir os princípios e diretrizes base do modelo. Nesse intuito, foi elaborado o Housing First Guide, pela organização Housing First Europe. Frisando os preceitos universais - ilustrados na Figura 13 - estabelecendo parâmetros de performance e avaliação e compilando os índices de sucesso ao redor do globo, o guia possui um capítulo específico para tratar de como o modelo pode se relacionar com políticas integradas de habitação.

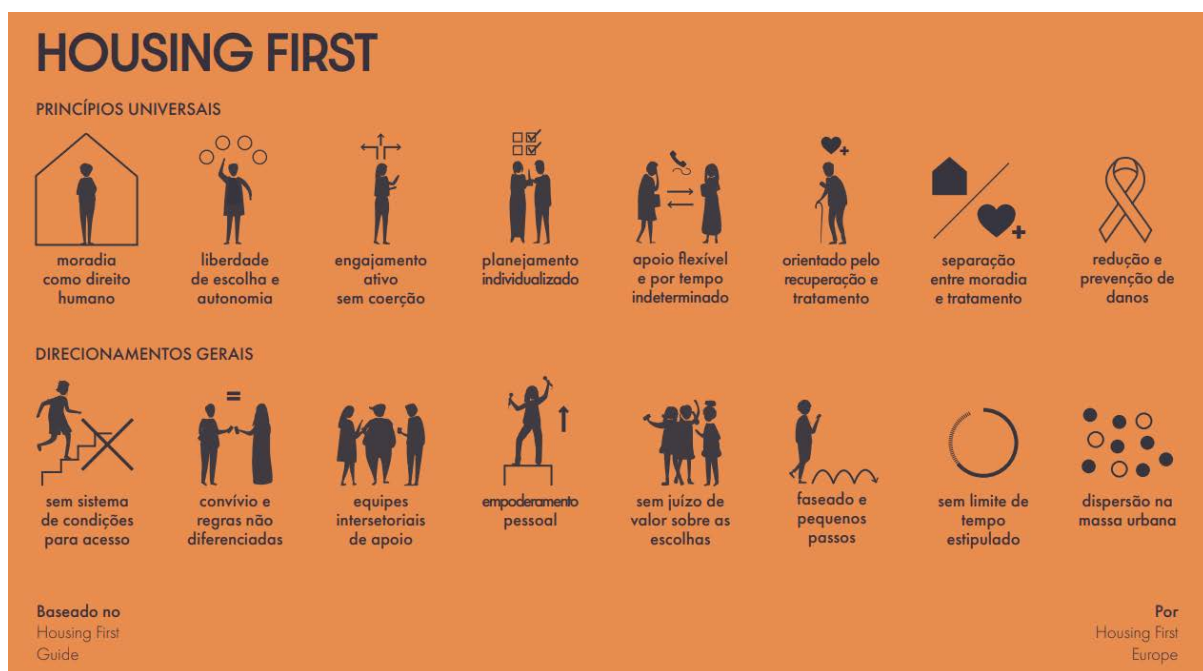


Figura 13. Princípios universais e direcionamentos gerais do Housing First (fonte: elaborada pelos autores).

De modo geral, as taxas de sucesso - com comprovação científica - associadas aos comparativos de custo são o principal atrativo para os governos em se tratando da metodologia. No entanto, nota-se como importante salientar a necessidade de integração, em que Housing First trabalhe junto às outras estruturas e métodos de cuidado direcionados a esse contingente populacional. Em entrevista ao Housing First Europe, Tsemberis reforça a maior facilidade de implementação do modelo como política quando inicialmente posto em paralelo, como uma nova possibilidade, para que as comparações entre o tradicional e housing first possam ser feitas e testadas, como exibido na Figura 14. A mesma ideia vale para combinação do modelo a outras políticas de habitação, como locação social, moradia assistida e até mesmo HIS - Habitação de Interesse Social.

ECONOMIA ANUAL,
POR PESSOA, COM USO
DO HOUSING FIRST

€ 11.250

em comparação com
programas residenciais
de grupo e com apoio
intensivo

€ 1.400

em comparação com
centros de alojamento

Resultados referem-se ao estudo
europeu The Case for Housing
First in the European Union: A
Critical Evaluation of Concerns
about Effectiveness, de 2013.

Fonte: Pleace &
Bretherton, 2013

Figura 14. Dados comparativos na economia anual por pessoa com o uso do Housing First em comparação com método tradicional (fonte: elaborada pelos autores).

5.2 A Casa

A partir da compreensão quanto ao que define a metodologia housing first e do estudo de casos de programas que a seguem ou lhe são similares no Brasil - resumido na Figura 15, é possível compreender quais tipologias habitacionais são mais frequentes na Moradia Primeiro.

	FINANCIAMENTO	MORADIA PRIMEIRO	MORADIA PRIMEIRO	FUNDO FICA	MÁRIO DE ANDRADE	PROJETO RUAS
	PROPRIEDADE	PÚBLICO	COLETIVO	COLETIVO	PÚBLICO	COLETIVO
	POSSE	PRIVADA	PRIVADA	INSTITUCIONAL	PÚBLICA	PRIVADA
	POSSE	ALUGUEL	ALUGUEL	ALUGUEL	ALUGUEL	ALUGUEL
	EQUIPE DE APOIO	ASSALARIADA	VOLUNTÁRIA	VOLUNTÁRIA	ASSALARIADA	VOLUNTÁRIA
	AUTONOMIA	BAIXA	ALTA	ALTA	MÉDIA	MÉDIA
	PERFIL	VARIADO	VARIADO	FAMILIAR	VARIADO	INDIVIDUAL
	RENDA	NÃO ESPECÍFICA	NÃO ESPECÍFICA	2 a 3 SMN.	1 a 2 SMN.	1 a 2 SMN.
	CUSTO ANUAL	R\$ 918.000,00	R\$ 48.000,00	NÃO ESPECÍFICA	R\$40.611,73	R\$50.000,00
		PORTO ALEGRE	CURITIBA	SÃO PAULO	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO

Figura 15. Tabela resumo do estudo de casos encontrados de aplicação do housing first (moradia primeiro) no Brasil (fonte: elaborada pelos autores).

Destrinchando as formas de posse, gestão e tipos de imóveis utilizados, prospectar como esse modelo de reinclusão social poderia se encaixar no plano de incentivo à moradia na região central do Rio de Janeiro, através do programa Reviver Centro, torna-se o objetivo deste trabalho.

Podemos perceber nos casos estudados no Brasil, embora nem sempre seguindo a todos os princípios do modelo de Moradia Primeiro, que há três elementos marcantes quanto às tipologias: sua propriedade, sua posse e sua metragem.

Quanto à propriedade, a maioria dos projetos expostos usa de imóveis disponíveis no mercado, ou seja, de posse privada - à exceção do caso Edifício Mário de Andrade, cuja propriedade é do município de São Paulo, sob contrato de locação renovável de 4 anos. A preferência por imóveis de mercado se dá (1) pela sua dispersão, não havendo diferenciação em relação à comunidade local e (2) pela rapidez de uso, uma vez que já está habitável. Os mesmos motivos baseiam a prática da posse por aluguel, ao invés de compra.

Contudo, vale o questionamento quanto à possibilidade de fazer uso de um estoque imobiliário público ou de associação (como proposto pelo Fundo Fica). Tal inventário pode estar disperso em pequenos empreendimentos de uso misto ou de valor de aluguel controlado, auxiliando inclusive a manter o programa à parte de flutuações de mercado nos valores de aluguel.

Quanto à metragem, percebesse o predomínio de unidades pequenas, de até dois quartos. A compreensão das tipologias e metragens usuais utilizadas pelos programas que se baseiam na metodologia torna-se essencial para compreender o valor possível de aluguel a ser pago e onde ele pode ser encontrado na cidade.

Considerando que um indivíduo ou grupo familiar entra em ônus habitacional e, portanto, passa a integrar o déficit habitacional qualitativo, ao pagar mais de 30% de seu rendimento mensal em aluguel, o valor estipulado pelo programa não poderia ultrapassar essa marca em relação à renda do atendido. Ocorrendo a reinserção laboral associada ao processo de reinclusão social, a manutenção do custo da residência deve levar esse fator orçamentário em consideração. Sendo assim, o estudo das faixas de renda e das médias de valor por M² para aluguel e compra nas possíveis áreas de implementação de projeto de housing first é primordial. Sobretudo em áreas centrais, onde os valores são mais altos em vista do solo urbano mais infraestruturado e com maior tendência à gentrificação. O custo de subsídio previsto deve corresponder a esse gap entre mercado e ideal.

Neste cenário, percebe-se lacunas ou incongruências nos planos propostos tanto pelo poder executivo municipal quanto federal. No caso do município, o Reviver Centro conta com um aluguel médio de R\$1079,00, equivalente a 90,5% do Salário Mínimo Nacional (SMN), tornando-o inacessível para as camadas de 1 a 2 SMN da população - na qual o público alvo deste trabalho está inserido. De mesmo modo, no âmbito federal, fica proposto pelo Guia Brasileiro de Moradia Primeiro o custo mensal de R\$800,00 por unidade habitacional usada em programas de housing first - um valor incompatível com imóveis de mercado seja no Centro do Rio de Janeiro ou em regiões não-periféricas da imensa maioria das grandes cidades brasileiras. Isso se comprova ao observarmos o valor médio por M² para aluguel nas capitais, que esteve em R\$29,39 em 2021, versus o ideal de R\$7,95 calculado para renda de 1 SMN segundo o ônus habitacional para um imóvel de 45m², metragem mínima do Minha casa Minha Vida, por exemplo.

5.3 O Recorte

Como objetivo final deste trabalho está a simulação de um possível projeto piloto do modelo housing first na região central da cidade do Rio de Janeiro. Para tal, após levantamento de dados estatísticos e cartográficos sobre temas relacionados à proposta e enumeração das características espaciais e metodológicas essenciais ao modelo estudado, o passo seguinte a ser formulado foram as diretrizes para busca por um local para implementação.

O primeiro critério estabelecido foi a necessidade de uso de um imóvel pertencente ao Estado, de preferência nas esferas municipal ou estadual, visto que as políticas relacionadas ao cuidado da população em situação de rua detêm seu aspecto executivo nessas instâncias.

A escolha por imóveis públicos tomou como partido o diagnóstico da incompatibilidade de custos entre os imóveis de mercado em regiões centrais e o orçamento possível. Corroborando a decisão, percebeu-se em estudos de caso que iniciativas dependentes de agentes privados apresentavam baixa escala de atuação frente ao problema encontrado, principalmente devido à instabilidade na manutenção da equipe de apoio e do fluxo de caixa das instituições envolvidas para reter e adquirir imóveis para os atendidos. A dependência do aluguel de unidades de mercado levaria ao necessário aumento do valor médio de aluguel por assistido, diminuindo o número de vagas disponíveis no programa, como observado no caso de Porto Alegre.

Este diagnóstico orientou então o modelo ideal como aquele baseado em imóveis que compunham o estoque público, visto que não visaria-se o lucro e os valores pagos de aluguel poderiam ser controlados. Do mesmo modo, o ônus inicial para implementação seria apenas de reabilitação da construção escolhida, sem transação de compra. O custo de reforma poderia inclusive ser coberto a partir de uma proposta de contra-partida com agentes do mercado interessados na construção de imóveis no Centro dentro do plano Reviver Centro, à semelhança da Operação Interligada.

A partir deste primeiro critério, outros complementares foram estabelecidos, estruturando uma lista-guia para escolha do imóvel a ser usado neste trabalho.

Quadro 1. Critérios e justificativas para escolha do imóvel (fonte: elaborado pelos autores).

CRITÉRIOS	JUSTIFICATIVAS
Imóvel vazio e/ou subutilizado de propriedade do Estado	Maior possibilidade de implementação para o público alvo definido
Encontrar-se em região de menor densidade populacional	Seguir o preceito estabelecido do programa Reviver Centro de preencher o esvaziamento do Centro
Idealmente encontrar-se em raio caminhável de pontos de apoio da estrutura de cuidado na região e concentrações de população em situação de rua	Manutenção das relações de vizinhança dos assistidos e uso compartilhado das equipes de apoio com os pontos de cuidado, diminuindo custos e mantendo a separação entre moradia e tratamento
Encontrar-se em região com preços mais baixos de aluguel	Viabilidade econômica de consumo e manutenção da moradia para o perfil de morador atendido
Possibilidade de fachada ativa e diferentes tipologias habitacionais	Melhor dispersão na massa urbana, diminuindo a guetificação e estigmatização e maior variedade de faixas de renda e perfis atendidos
Construção de média escala, sem edificações icônicas	Menor possibilidade de atrativos do imóvel para o mercado, menor risco de guetificação e estigmatização e custo de implementação por projeto mais baixo
Pré-existência construída	Apoiando-se na ideia de retrofit do reviver Centro e seguindo preceitos de urbanismo sustentável

Com a restrição ao uso de imóveis públicos esvaziados, o acesso à listagem dessas construções por parte do Estado foi determinante para definir o recorte de pesquisa. O relatório “Vazios Urbanos - Imóveis Públicos”, do gabinete do vereador Pedro Duarte, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, foi então responsável por delimitar a área de busca pelo imóvel para a simulação, vide Figura 16. Citando 141 imóveis do poder público na região entre as vias Avenida Presidente Vargas, Rua Primeiro de Março, Rua da Carioca e o parque Campo do Santana, o levantamento, feito em 2020, indicava a posse e estado de uso dos edifícios e terrenos. Deste total, 22,7% encontravam-se sem uso e 17% subutilizados.



Figura 16. Área de recortes do relatório “Vazios Urbanos - Imóveis Públicos” (fonte: elaborada pelos autores).

5.4 O Imóvel

Baseando-se no relatório “Vazios Urbanos - Imóveis Públicos”, chegou-se a três possíveis imóveis para implementação do projeto piloto que se encaixavam na escala de construção e status de propriedade postos nos critérios elencados. Dois são edifícios isolados de cerca de 5 a 6 andares, construídos entre os anos 1920 e 1940. O terceiro, na verdade, configura-se como um conjunto de distintos imóveis, incluindo um edifício de cerca de 5 andares, provavelmente construído entre os anos 1940 e 1950, e 6 sobrados construídos entre os séculos XVIII e XIX.

Após a seleção, uma análise quanto à localização e potencial espacial dos edifícios foi complementar para a escolha do imóvel final a ser usado. Neste diagnóstico, levou-se em conta os demais critérios

estabelecidos e a esses foram acrescentados desejos projetuais para este trabalho. Como resultado, optou-se pelo conjunto de imóveis na Rua da Carioca.

5.5 O Perfil

Estabelecido o conjunto de imóveis a ser utilizado para o projeto piloto, cabe a análise do perfil dos moradores potenciais - ou seja, um diagnóstico cruzado entre as informações colhidas sobre a população em situação de rua no Rio de Janeiro e as características do housing first, que determine qual o perfil dos assistidos e, assim, as tipologias de moradia a serem projetadas.

O conteúdo do Censo da População em Situação de Rua indicará o perfil familiar, socioeconômico e o nível de autonomia desse recorte populacional. Desta forma, será possível determinar o tipo de unidade habitacional necessária.



Figura 17. Infográfico de dados demográficos do público alvo segundo o Censo de População em Situação de Rua 2020 (fonte: elaborada pelos autores).

Com base nos dados apresentados na Figura 17, é possível perceber uma maior tendência à presença de indivíduos com maior nível de autonomia (com base nos dados sobre trabalho, educação e saúde), que vivem sozinhos (com base nos dados sobre família e relações sociais) e, em sua maioria, jovens do sexo masculino. A partir dessa análise, pode-se determinar a maior necessidade de apartamentos do tipo estúdio/quitinete, com metragens ao redor de 30 m².

Ao mesmo tempo, não deve-se excluir a presença de crianças e mulheres grávidas, que constituem um grupo de risco, e, portanto, a ser incluído no programa em unidades de metragens maiores. Esse recorte demográfico requer maior acompanhamento das equipes de cuidado, vide questões de saúde feminina e neonatal e o amparo infantil, como indicado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por ser um grupo minoritário dentro da população em situação de rua, o número de unidades desta tipologia pode ser menor.

Outros grupos, como população LGBTQIA+ ou pessoas com deficiência intelectual e/ou adicção mais severa, constituem uma parte pequena do todo populacional, e podem assim compor uma das construções do conjunto ou ocupar poucas unidades espalhadas.

Vale ressaltar a importância do fator laboral no processo de reinclusão social proposto pelo housing first e, devidamente, presente na simulação de um projeto piloto no Centro do Rio de Janeiro. Com 65,7% do público alvo compondo a População Economicamente Ativa (PEA), a estabilidade da moradia garante infraestrutura para o trabalho e o estudo, assim como a proximidade a pólos de emprego próximos no caso do Centro, vide a implantação do piloto na Figura 18. Por essa razão e pelo intuito da não-segregação espacial, para além da tipologia habitacional a simulação propõe-se a usar da fachada ativa, prevista nos termos do Reviver Centro, e de um Centro de Atividades e Cursos Profissionalizantes, aberto a todos.

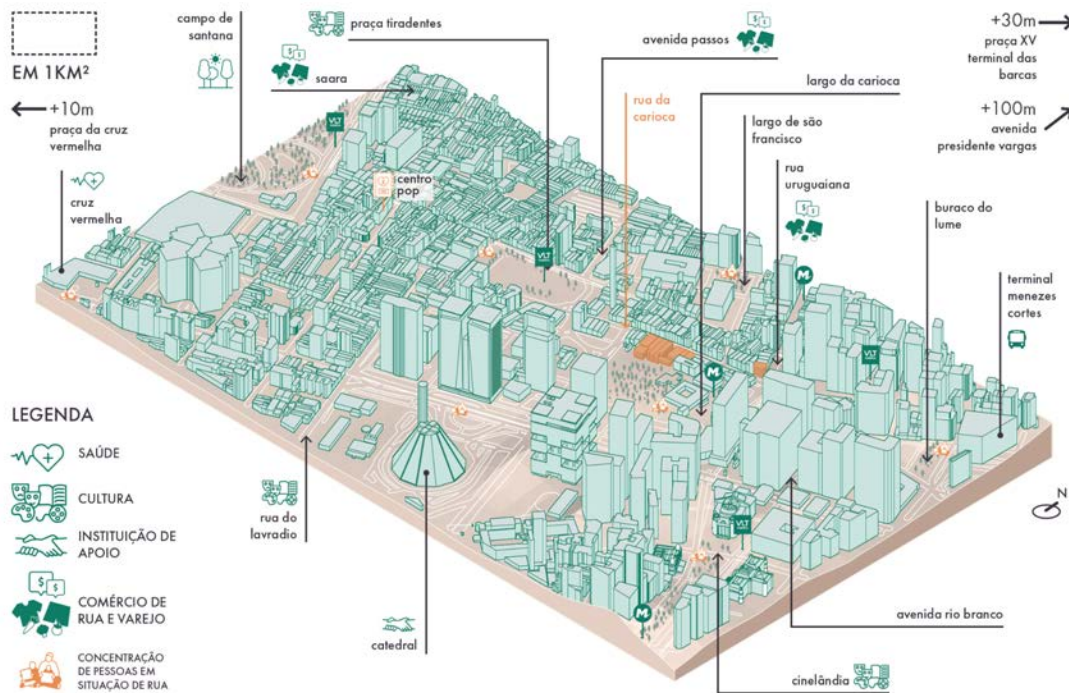


Figura 18. Isométrica de localização do projeto piloto (fonte: elaborada pelos autores).

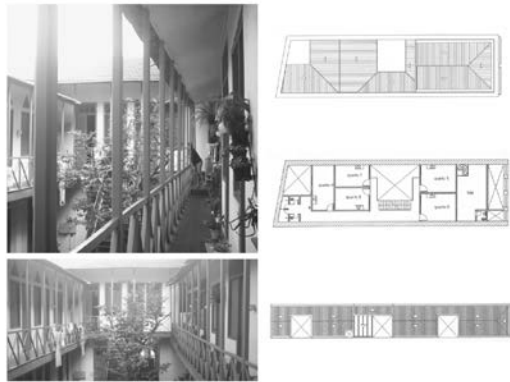
5.6 A Tipologia

Considerando os critérios para escolha do imóvel, o levantamento do relatório “Vazios Urbanos - Imóveis Públicos” e o contexto da massa edilícia do Centro do Rio, escolhe-se por trabalhar a tipologia do sobrado.

Construção de média escala típica e abundante na região de estudo, a arquitetura ordinária do sobrado se encaixa com o critério 6 para a escolha do imóvel na metodologia apresentada. Dentre os lotes e edificações de propriedade pública listados no relatório “Vazios Urbanos”, os sobrados também configuram a maioria dominante. Com estas observações, a escolha de um aglomerado de sobrados para a proposta mostrou-se coerente para um projeto piloto.

Na mesma linha, criado em 1994 pela Prefeitura do Rio, existiu o programa Novas Alternativas, que consistia na reconversão de antigos sobrados vazios, subutilizados ou deteriorados em moradia multifamiliar na região do Centro - ação muito próxima ao objetivo deste trabalho. Ao longo dos anos, sua penetração na massa urbana foi baixa, com poucas reconversões concluídas. Contudo, através de uma análise dos projetos executados, foi possível identificar algumas características comuns.

Tradicionalmente arquiteturas de alcova, os antigos sobrados possuem testadas estreitas para a caixa de rua e lotes de extrema profundidade. A adaptação dessa morfologia para habitação multifamiliar seguindo os parâmetros atuais de conforto térmico - sobretudo de ventilação e iluminação - segundo o Código de Obras regente se torna um imenso desafio quando confrontada com a imutabilidade de telhado, de acordo com as normas de preservação. Por essa razão, constata-se no Novas Alternativas a predominância de imóveis com afastamentos laterais, pátios internos - do tipo cortiço, de esquina ou cuja construção ainda retinha apenas a fachada, tornando-se um oco projetável. Em casos em que a pré-existência fugia a este padrão, houve necessidade de abertura de diversos prismas internos de ventilação e iluminação, reformulando a estrutura do telhado, como visto na Figura 19.



1994 - 1999

PROGRAMA NOVAS ALTERNATIVAS

VALOR MÍNIMO POR UNIDADE: R\$ 15.000,00
 R\$ 15.000,00 (1999) → R\$ 54.727,58 (2020)

METRAGEM MÍNIMA POR UNIDADE: 37M²
 SEGUNDA CÓDIGO DE OBRAS ATUAL, 25M²

Figura 19. Desenhos técnicos, fotos e dados de implementação do programa Novas Alternativas, da Prefeitura do Rio de Janeiro entre 1994 e 1999 (fonte: elaborada pelos autores).

Assim, para fins deste trabalho - e propõe-se que de outros projetos de mesma função social - , assume-se como partido a suspensão parcial das regras de conservação de bens preservados do Corredor Cultural da Rua da Carioca, mantendo apenas a preservação de fachada e volumetria, rompendo a manutenção do telhado, e atribuindo liberdade construtiva dentro do volume original do imóvel.

Esta decisão vale-se da necessidade de responder aos parâmetros atuais de conforto térmico, mas vale dizer que o objetivo é a manutenção do volume edificado, sem verticalização exacerbada que altere a percepção da caixa de rua - e assim a preservação do caráter histórico da Rua da Carioca⁸. O objetivo do Reviver Centro de “preencher os vazios” é então respondido, mas sem um processo massivo de demolição seguida de verticalização, como ocorreu em outras metrópoles, como São Paulo e Nova York - usadas na análise de densidade populacional. Atinge-se a meta de re-adensamento populacional associada à conservação do patrimônio.

6. Conclusão

6.1 O piloto

A simulação de um projeto piloto para o housing first no Centro do Rio de Janeiro torna-se a conclusão deste trabalho, prospectando sobre as densidades habitacional e populacional da tipologia escolhida frente os desafios de conservação do patrimônio e diversidade tipológica das unidades habitacionais projetadas. Certas escolhas projetuais que compõem a simulação visam também responder a anseios de cuidado urbano, como a criação de uma praça em um dos lotes utilizados, propiciando a melhor inclusão espacial do projeto e seus moradores e a interação entre os diferentes tipos de pessoas. Em seus espaços internos, o conforto térmico, a qualidade ambiental, o convívio, a privacidade e a relação com o ar livre foram essenciais em responder a devida qualidade de vida esperada e de direito do público alvo, como ilustrado na Figura 20.

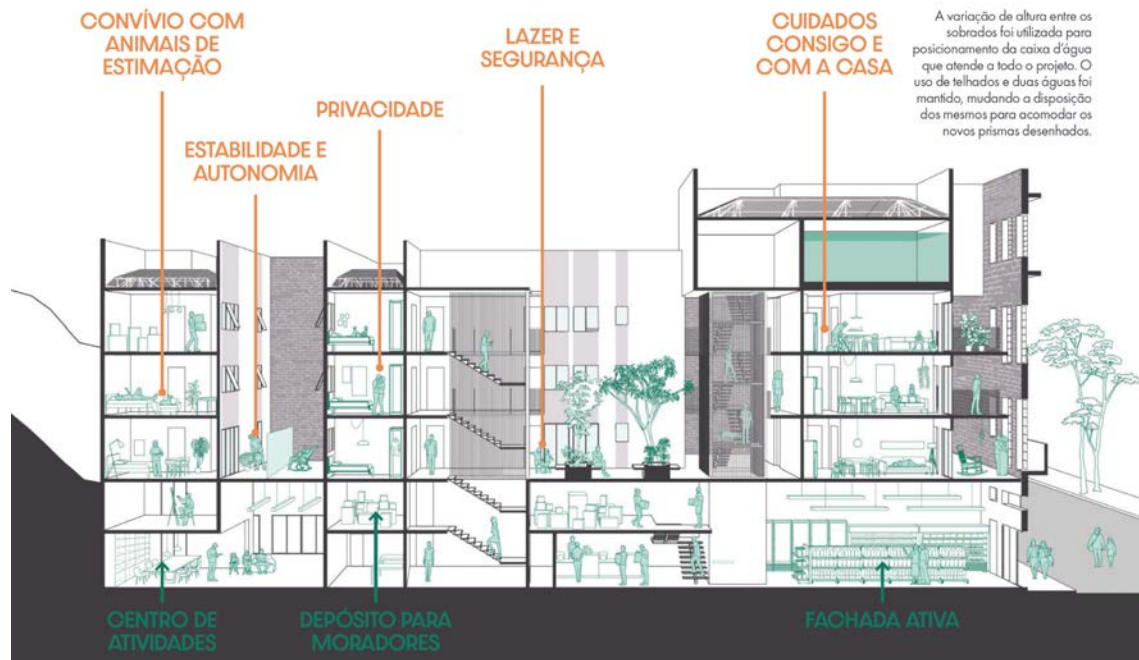


Figura 20. Corte perspectivado do projeto piloto simulado (fonte: elaborada pelos autores).

Atingindo uma ocupação possível de até 126 indivíduos, o conjunto simulado possui uma densidade de 25 atendidos por lote, com um total de 48 unidades habitacionais de diferentes metragens, vide Figura 21. Ao prospectar sobre o número de imóveis da mesma tipologia encontrados no relatório “Vazios Urbanos - Imóveis Públicos”, com 45 sobrados detectados, pode-se afirmar o potencial de expansão em até 1125 atendidos apenas na área de recorte. Considerando-se um total de 2317 pessoas em situação de rua na AP1, em que está inserido o Centro do Rio, conclui-se que 48,55% do público alvo no local poderia ser atendido simultaneamente com a reconversão dessas construções. Com 73% de índice de estabilidade no processo de reinclusão social em doze meses de tratamento segundo o housing first, vide Figura 22, pode-se projetar que o resultado seria de 821 pessoas por ano saindo do ciclo da “situação de rua” e reinseridas na sociedade e no mercado de trabalho, movimentando a economia e respondendo a este desafio social crônico das grandes cidades.

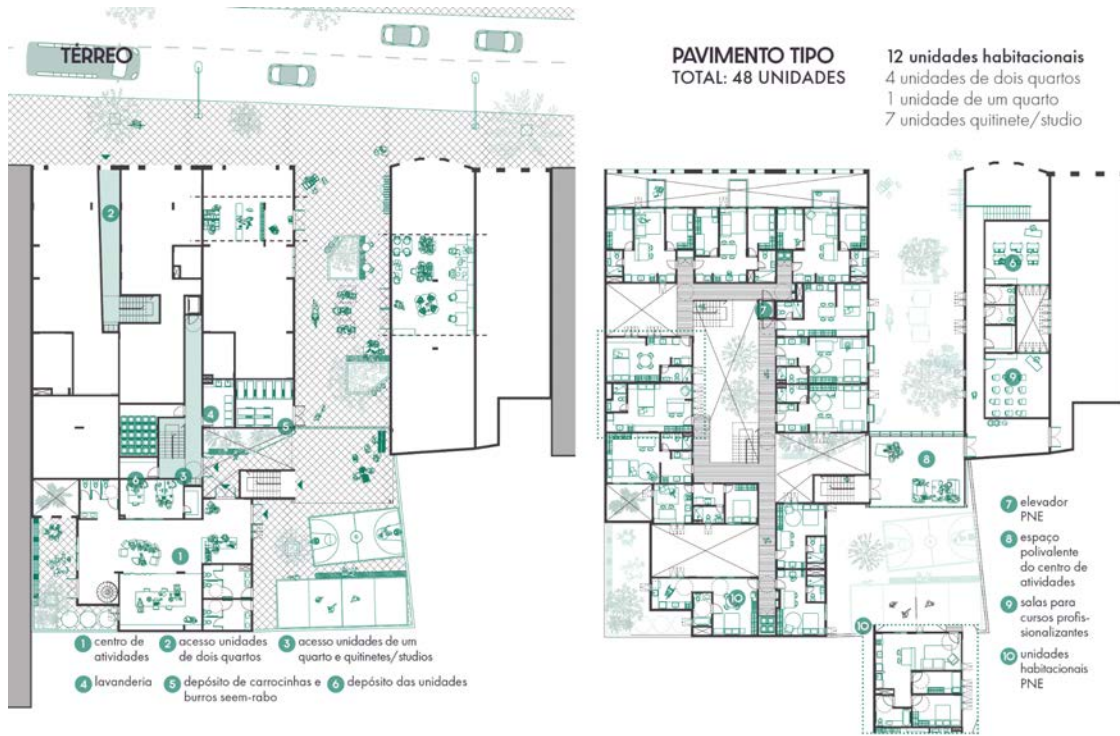


Figura 21. Planta-baixa do pavimento térreo e do pavimento tipo do projeto piloto simulado (fonte: elaborada pelos autores).



Figura 22. Infográfico comparativo no índice de estabilidade no processo de reinclusão social segundo o modelo housing first versus o modelo tradicional em escada (fonte: elaborada pelos autores).

Com relação aos gastos de implementação, pôde-se comprovar o custo benefício de implementação do housing first frente o modelo em escada pelos dados comparativos em diversos locais do mundo. No caso da simulação em imóveis de propriedade pública sugerida para o Rio de Janeiro, uma vez que a

proposta não visa o lucro do mercado nos valores de aluguel, os custos de construção devem ser considerados ao comprovar sua rentabilidade. Usando a correção pela inflação do custo de obra por M² destinado ao antigo programa municipal Novas Alternativas, chega-se à estimativa de um custo total de R\$5.120.726,54 para construção do piloto, equivalente a R\$1.024.145,31 por lote. Ao multiplicarmos esse valor pelo já mencionado número de imóveis potenciais, chega-se à estimativa de R\$46.086.538,95 para reconversão do estoque público em housing first segundo o piloto proposto. Tal soma equivale a 0,092% do orçamento municipal previsto para 2023, no total de R\$49,9 bilhões.

Percebe-se através da simulação do projeto piloto o potencial da implementação do housing first em absorver a demanda atual de seu público alvo e responder aos objetivos de re-adensamento urbano do plano Reviver Centro. Ao mesmo tempo, seu custo de implementação em imóveis hoje ociosos apresenta-se viável dentro do orçamento municipal. Em contrapartida, vale salientar como mencionado anteriormente a importância em haver um trabalho intersetorial, compreendendo que há na proposta um encontro entre as políticas de assistência social e habitacional, dentre outras passíveis de colaboração. O custo de construção, mobiliário e gestão condominial dos imóveis deve ser calculado em conjunto com o custo de manutenção das equipes de apoio.



Figura 23. Gráfico de respostas à pergunta “O que você mais precisa para sair das ruas?” no Censo de População em Situação de Rua 2020 (fonte: elaborada pelos autores).

Por fim, é preciso compreender que embora o custo inicial pareça alto por atendido, com a conquista de estabilidade e autonomia, o indivíduo torna-se membro produtivo e ativo da sociedade e gradualmente conquistará sua independência financeira. Desta forma, o retorno econômico acontece através do aumento do poder de compra. Da responsabilidade social nasce a responsabilidade econômica, entregando a estabilidade do lar necessária para manutenção do trabalho e do estudo formal e digno, essenciais para sair das ruas como visto na Figura 23.

7. Referências

ABREU, M. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ADEMI-RJ. **Projetos pioneiros testem aluguel social em São Paulo e Porto Alegre**. ADEMI-RJ, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: http://www.ademi.org.br/article.php?id_article=77024 . Acesso em: 15/11/2021.

ALVARENGA, Telma. **A casa em primeiro lugar**. Projeto Colabora, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods11/programa-para-tirar-milhares-das-ruas/>. Acesso em: 20/11/2021.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BLANCO, Silvia. O método para tirar milhares de 'sem-tetos' da rua. El País Brasil, Madrid, 13 de novembro de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/11/economia/1478889909_914418.html . Acesso em: 23/11/2021.

CALLIARI, M. **O mapa da desigualdade em São Paulo**. In: Estadão, São Paulo, 04 jun 2020. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/caminhadas-urbanas/o-mapa-da-desigualdade-em-sao-paulo/> . Acesso: 24/11/2021

DE LUCCA, Daniel. **Urgências nas Ruas: Experiências de um serviço móvel para a população de rua em São Paulo**. In: Práticas, Conflitos, Espaços. Pesquisa em Antropologia da Cidade. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, pp. 25-47

Diário do Porto (redação). **Abadi aponta “esvaziamento surpreendente” de imóveis comerciais**. Diário do Porto, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://diariodoporto.com.br/abadi-aponta-esvaziamento-surpreendente-de-imoveis-comerciais/> . Acesso em: 12/11/2021.

Diário do Rio (redação). **Centro do Rio passa por crise sem precedentes**. Diário do Rio, 19-2-2021. Disponível em: <https://www.caoquefuma.com/2021/02/centro-do-rio-passa-por-crise-sem.html> . Acesso em: 14/11/2021.

FITZ, Angelika, KRASNY, Elke. **Critical Care**. Architecture and Urbanism for a Broken Planet. Viena: MIT Press & Architekturzentrum Wien, 2019.

Fundo Fica. **Relatório GT Seleção Família Moradora Apartamento #1**. Junho de 2019.

Fundo Fica. **Relatório Um ano de casa nova**. Novembro de 2020.

GRAND JR., João, GONZAGA, João Gabriel Gomes, ALMEIDA, Thácio Henrique's F. P. de. **Mapeamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro: uma proposta metodológica**. 2019.

Housing First. **National Alliance to End Homelessness**. Washington, DC, 20 de abril de 2016. Disponível em: <http://endhomelessness.org/resource/housing-first/>. Acesso em: 20/11/2021.

JANONE, Lucas. **Pandemia causa aumento na população de rua no Rio, aponta prefeitura**. CNN Brasil, Rio de Janeiro, 05 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pandemia-causa-aumento-na-populacao-de-rua-no-rio-de-janeiro-aponta-prefeitura/> . Acesso em: 14/11/2021.

KATZ, Natan, SALUM JR., Giovanni Abrahão. **Plano Municipal de Superação da Situação de Rua**. In: I Seminário Temático de Ciência Aplicada à Gestão Pública. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2018.

KEHL, Maria Rita. **Olhar no Olho do Outro**. Belo Horizonte: Piseagrama, 2015, pp. 22-31

LING, A. **Há mais casas sem gente do que gente sem casa?** Caos Planejado, 31 de maio de 2021. Disponível em: <https://caosplanejado.com/casas-sem-gente-gente-sem-casa/> . Acesso em: 14/11/2021

LUCENA, Felipe. **Pessoas em situação de rua na cidade maravilhosa**. Diário do Rio, Rio de Janeiro, 23 de março de 2017. Disponível em: <https://diariodorio.com/pessoas-em-situacao-de-rua-na-cidade-maravilhosa/>. Acesso em: 20/11/2021.

MARCOLINO, Karla. **Com mais mulheres e crianças, população em situação de rua aumenta no Rio de Janeiro após covid-19**. Colabora, 24 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods10/com-mais-mulheres-e-criancas-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-no-rio-de-janeiro-apos-covid-19/> . Acesso em: 14/11/2021.

MERELES, Carla. **Pessoas em situação de rua: a complexidade da vida nas ruas**. Politize, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 20/11/2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **É possível Housing First no Brasil? Experiências de Moradia para População em Situação de Rua na Europa e no Brasil**. 2020.

MOORE, Shelley. **One Without the Other: Stories of Unity Through Diversity and Inclusion**. Partage&Main Press, 2016.

N. DE SOUZA, Rafael, AMORIM, Silvia. **Pandemia da Pobreza: desemprego muda perfil da população de rua do Rio e de São Paulo**. O Globo, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pandemia-da-pobreza-desemprego-muda-perfil-da-populacao-de-rua-do-rio-e-de-sao-paulo-24513036>. Acesso em: 20/11/2021.

O Dia (redação). **Pias do bem são um sucesso**. Jornal O Dia, Rio de Janeiro, 20 de abril de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/04/5902713-pias-do-bem-sao-um-sucesso.html> . Acesso em: 12/11/2021.

O'FLAHERTY, Brandan. **Homelessness Research: A Guide for Economics and Friends**. Nova York: Columbia University, 2018.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.

PASSOS, Úrsula. **Voluntárias constroem e distribuem pias móveis para moradores de rua no Rio**. Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 25 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/voluntarias-constroem-e-distribuem-pias-moveis-para-moradores-de-rua-no-rio.shtml> . Acesso em: 12/11/2021.

PLEACE, Nicholas. **Housing First Guide**. Housing First Europe.

Prefeitura de São Paulo. **Prefeitura de São Paulo entrega primeiro empreendimento de habitação para a população em situação de rua.** Prefeitura de São Paulo, São Paulo, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/noticias/?p=271945. Acesso em: 15/11/2021.

Prefeitura de São Paulo. **RELATÓRIO II Acompanhamento da Fase III do Projeto Piloto de Locação Social para População em Situação de Rua: Trabalho social de acompanhamento da população, pós-ocupação das unidades e gestão do Conjunto Habitacional Asdrúbal do Nascimento II fevereiro/2019 a julho/2020.** São Paulo: 2020.

Prefeitura do Rio. **Números do Censo da População em Situação de Rua 2020.** Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021.

PUENTE, Beatriz, COUTO, Camile. **Cerca de 20% da população de rua do Rio perdeu a casa com o início da pandemia.** CNN Brasil, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-20-da-populacao-de-rua-do-rio-perdeu-a-casa-com-o-inicio-da-pandemia/>. Acesso em: 15/11/2021.

RIO DE JANEIRO. **Lei no. 2.236 de 14 de outubro de 1994. Define as condições de uso e ocupação do solo da Área de Especial Interesse Urbanístico da II Região Administrativa – Centro, criada pelo Decreto no. 12.409, de 9 de novembro de 1993, estabelece medidas para a revitalização do Centro da Cidade e seu entorno, e dá outras providências.** 1994.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei Complementar no. 11/2021. Ementa: Institui o Programa Reviver Centro, que estabelece diretrizes para a requalificação urbana e ambiental, incentivos à conservação e reconversão das edificações existentes e à produção de unidades residenciais na Área da II Região Administrativa – II RA, Bairros do Centro e Lapa, autoriza a realização de Operação Interligada e dá outras pendências.** 2021.

SCHUINDT, Renan. **Rio é a cidade do Brasil em que se perde mais tempo com mobilidade, no transporte público.** Jornal O Dia, Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/01/5853325-rio-e-a-cidade-do-brasil-em-que-se-perde-mais-tempo-com-mobilidade--no-transporte-publico.html>. Acesso em: 24/11/2021.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do Espaço. Habitar, Fundar, Distribuir, Transformar.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

The Care Collective. **The Care Manifesto.** Londres: Verso, 2020.

TRONTO, Joan. **Who Cares? How to Reshape a Democratic Politics.** Nova York: Cornell University Press, 2015.

VETYEMY, Igor, BENETTI, P. **Análise dos projetos de lei (PLC 11/2021 e PL 190/2021) que propõem a instituição do programa “Reviver Centro” no município do Rio de Janeiro.** CAU/RJ e IAB/RJ. 24/05/2021. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/reviver-centro-especialistas-cobram-esclarecimentos-e-apresentam-propostas-ao-projeto-de-lei/>. Acesso em: 15/11/2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Guia Brasileiro de Moradia Primeiro (Housing First).** Brasília, 2022.

8. Notas

1. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Administradoras de Imóveis feito em 2020.
2. Segundo levantamento realizado com base em planilhas de abordagem da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos em 2016, computando 14.279 indivíduos.
3. Valor indicado pelo levantamento do próprio Reviver Centro, disponível em seu site oficial e acessado em 15/11/2021. A quantia apresentada corresponde a quase 7 vezes o salário mínimo estadual no Rio de Janeiro, de R\$1.238,11 em 2021.
4. GRAND JR, João. 2019, p.18.
5. Uma de suas traduções em inglês, otherness, estabelece de forma mais direta como se encaixa neste trabalho. Trata-se de situação, estado ou qualidade que se constitui através da relação com o diferente, com o outro.
6. O'FLAHERTY, Brandan. Homelessness Research: A Guide for Economics and Friends. Nova York: Columbia University, 2018.
7. Portaria N° 2.927, redigida em 26/08/2021, publicada no Diário da União com selo do MMFDH.
8. Sobre esse impasse, podemos discorrer que “correm o risco de reduzi-los [os centros históricos] a cenários, num processo de museificação do espaço que o torna pouco permeável à incorporação de novos registros temporais e transformações”. Moraes et al (2002)